

Na sessão, só 147 presenças

Contrariando expectativas mais otimistas, 131 deputados e 16 senadores compareceram à sessão de ontem do Congresso Nacional, convocada para atender a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não há recesso parlamentar enquanto não for votado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “Quanto mais cedo se cumpre uma sentença judicial, mas se prestigia o Poder Judiciário” — justificou o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro. Mas, ao final de três horas e meia de sessão, a LDO não foi votada — seriam necessários 240 deputados e 38 senadores — e o que se viu foi uma prévia da disputa eleitoral, sébretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A próxima sessão do Congresso está convocada para terça-feira.

Dos 147 congressistas presentes, ontem, 11 são candidatos aos governos de seus estados. Talvez

ninguém melhor do que o deputado Alvaro Valle (PL/RJ) tenha explicado essa alta taxa de concentração de candidatos em Brasília,

em plena campanha eleitoral, em uma sessão que desde a convocação todos sabiam que não reuniria número suficiente para deliberar alguma coisa: “Ninguém sabe o que é LDO, mas todos sabem o que é seqüestro e Lei Salarial” — discursou o deputado, referindo-se ao fato

que realmente determinou a viagem dos parlamentares a Brasília: o projeto de lei salarial em tramitação no Senado.

Justificativa

Logo no início da sessão, o senador Mário Covas, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, ocupou a tribuna para justificar porque não comparecera às sessões do Senado, convocadas para o final da semana passada para que a Lei Salarial fosse votada. Covas disse que só deixou Brasília às 16h30 de sexta-feira, depois que Nelson Carneiro lhe garantira que a votação não ocorreria. Agora, Covas se diz vítima de uma campanha de seus adversários em São Paulo, que o acusam de não ter comparecido à sessão.

A partir daí, Nelson Carneiro — que testemunhou em favor de Covas — passou a ser bombardeado pela bancada do PDT, que já na semana passada o acusara de ter-se

tornado “o inimigo público número 1 dos trabalhadores”. Sucessivamente, subiram à tribuna ou ocuparam o microfone de apartes os deputados Fernando Lyra (PE), José Carlos Cutinho (RJ) e Doutel de Andrade (RJ), que o acusaram de ter decretado o recesso Legislativo, antes da votação da LDO, o único objetivo de impedir a votação da Lei Salarial pelo Senado. Irônica, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que apóia a candidatura de Carneiro ao governo do Estado do Rio, comentou que a campanha se transferia para o plenário do Congresso.

(A.E.)